

A ideologia e a teoria da comunicação*

Ideology and communication theory

STUART HALL **

Neste ensaio, gostaria de refletir sobre o atual estado das relações entre o paradigma dominante na teoria da comunicação e as alternativas críticas que têm sido propostas em contraposição a ele. Talvez deva iniciar com dois esclarecimentos às observações que se seguem. Em primeiro lugar, apesar de utilizar o termo *paradigma*, eu mesmo tenho algumas dúvidas a respeito da terminologia dos paradigmas, pois não estou certo de que de fato pensamos em termos de paradigmas. Prefiro o termo *problemática*, por meio do qual simplesmente indico que todo o trabalho empírico e mesmo teórico é feito dentro de um campo específico de conceitos que possuem relações uns com os outros. Além disso, existem indagações específicas incorporadas nas bases da problemática, e há certo tipo de respostas que a lógica da problemática tende a oferecer.

Gostaria de falar sobre uma estrutura específica de pensamento e um conjunto de práticas institucionais. Por isso, embora inevitavelmente discuta sobre o que fazem os indivíduos que trabalham dentro do paradigma dominante, estou preocupado com uma configuração do trabalho intelectual e creio que os paradigmas pensam as pessoas tanto quanto as pessoas pensam os paradigmas. Não estou tentando apontar com precisão as boas ou más intenções daqueles que operam dentro de estruturas teóricas específicas, nem desejo negar que as pessoas por vezes fizeram um trabalho extremamente bom e sofisticado dentro desses paradigmas. Minha preocupação é mais com a desconstrução de uma estrutura específica de pensamento. Em segundo lugar, penso que por vezes os teóricos críticos simplificam demais tanto a variedade quanto a sofisticação do trabalho que tem sido realizado, e que continua a ser feito, no paradigma dominante. Por isso, desejo adotar uma perspectiva com maior abertura sobre o que é o paradigma, sem perder a percepção de que existe uma configuração específica e que essa configuração tem estado, por assim dizer, em vigor há muito tempo.

A CRISE DO PARADIGMA DOMINANTE

Todo mundo tem a sua explicação preferida para as causas da assim chamada “crise” atual do paradigma dominante na pesquisa empírico-comportamental e na

DOI: <http://dx.doi.org/10.11.606/issn.1982-8160.v10.i3p.33-46>

V.10 - Nº 3 set/dez. 2016 São Paulo - Brasil STUART HALL p. 33-46

* Originalmente publicado no livro *Rethinking communication: Vol.1 Paradigm Issues*, organizado por DERVIN, Brenda et al. Reprodução autorizada pela Sage Publications, Incorporated, via Copyright Clearance Center. Tradução: Richard Romancini e André Ortega. Revisão técnica: Liv Sovik.

** Nota do autor: Gostaria de agradecer a Brenda Dervin, não apenas por seus esforços para trazer-me ao encontro, mas também pela enorme energia e coragem intelectual que a organização do evento exigiu; e a Larry Grossberg por editar a versão final do texto.

teoria da comunicação. Parece útil tentar situar-me dentro desse debate mais geral. Minha perspectiva, colocada de maneira direta, é que a crise é sobredeterminada; possui ao mesmo tempo dimensões internas e externas. As dimensões internas estão relacionadas com as bases epistemológicas e teóricas, assim como com as metodologias e os procedimentos do paradigma dominante, na medida em que ele é um conjunto de procedimentos intelectuais, de perguntas e respostas, de pressuposições teóricas que têm organizado o trabalho intelectual por muito tempo sobre o que gostaria de chamar de “relações internas, práticas e efeitos” dos modernos sistemas de comunicação de massa. A dimensão externa relaciona-se com como o campo das instituições e práticas comunicativas é entendido em relação às mais amplas estruturas sociais, políticas e econômicas e aos desenvolvimentos dentro da formação social como um todo. Meu argumento seria de que o paradigma dominante em comunicação está passando por dificuldades, ao mesmo tempo, nos fronts interno e externo.

Esse caráter sobredeterminado da crise não indica meramente uma oscilação naquilo que seria a “prática normal” no campo, mas cria, em vez disso, as condições para aquelas transformações – embora ainda não alcançadas –, por vezes descritas como mudanças de paradigma. A todo o momento, desejo insistir nessa “dupla articulação” – interna e externa –, pois acredito que ela reflete não somente o que a teoria da comunicação é de fato, mas corresponde efetivamente ao estado atual do campo. Isso quer dizer que existem tipos distintos de problemas em nosso campo, que estão relacionados com teorizar a comunicação conforme o que chamo de campo cultural. Essa é a arena pela qual os modernos meios de comunicação de massa atravessam, de maneira direta, a constituição e transformação do campo cultural, isto é, de nossas concepções de mundo. Mas existem muitos modos pelo quais os modernos meios de comunicação também atravessam outros domínios da vida social. Refiro-me aqui aos meios em seu sentido mais técnico e informacional, especialmente na medida em que eles agora assumem profundamente a forma de novas tecnologias, construídas a partir da capacidade técnica ampliada de armazenar, distribuir e recuperar informação – as assim chamadas “novas tecnologias de informação”. Ambos os aspectos são de crescente importância teórica porque sua relevância histórica é cada vez maior no mundo em que vivemos. A teoria acompanha a história e, dado o estado contemporâneo do campo, ambas apresentam problemas um tanto diferentes, mas de tipo semelhante, no tocante aos paradigmas teóricos.

Agora, quero falar mais detalhadamente sobre o caráter sobredeterminado da crise do paradigma dominante. Embora tenha que sintetizar e, conseqüentemente, simplificar em excesso, desejo fazer as seguintes breves observações em ordem crescente de importância. Em primeiro lugar, desejo apontar as fraquezas epistemológica e teórica no paradigma dominante. Elas são, de certo modo, conhecidas

demais para ocupar-nos (e Giddens faz um elegante trabalho de desconstrução, com o qual concordo em geral). Mesmo assim, alguns aspectos dessa fraqueza merecem ser repetidos: falo da persistente tendência desse paradigma cair no naturalismo de um arraigado individualismo, que tem sido consistentemente contraposto ao caráter progressivamente social e coletivo das práticas e instituições comunicativas que requerem nosso estudo. Esse individualismo é parte – e por sua vez ajudou a firmar – do naturalismo comportamentalista do paradigma. Estou referindo-me à explicação simplória e redutora que o paradigma dominante tem oferecido com tanta frequência acerca das complexas relações entre o pensamento, o discurso, a prática e a estrutura. Isso, me parece, reflete seu estatuto teórico lamentavelmente insuficiente enquanto paradigma. Acima de tudo, falo sobre sua persistente tendência para um tipo de reducionismo comportamental, que consistentemente traduz temas que estão relacionados com a significação, o sentido, a linguagem e a simbolização em indicadores comportamentais imperfeitos em nome de um “cientificismo” espúrio. Essas são características que o paradigma dominante nos estudos de comunicação compartilham com a ciência social *mainstream* dos Estados Unidos (ou como aquele paradigma nas ciências sociais que foi canonizado nas décadas de 1950 e 1960) e é um dos pontos importantes no qual a nossa “crise” coincide com a crise mais geral nas ciências sociais.

Em segundo lugar, refiro-me à tentativa totalmente equivocada – aqui, reconheço que estou abordando tópicos sensíveis – de constituir a comunicação como uma especialidade disciplinar autossuficiente, embora sua base teórica tenha sido sempre extremamente fraca. Desse meu ponto de vista, esse esforço para criar uma autoconstituída disciplina de comunicação tem fatalmente isolado sua teoria e prática do desenvolvimento geral das ciências sociais, o que encoraja em seus profissionais a ilusão de uma autonomia empírica e teórica. Esse aspecto é incompreensível fora da institucionalização administrativa do conhecimento que tem sido produzida no interior do paradigma dominante, isto é, da real, porém com frequência não reconhecida, relação entre o poder e o conhecimento em que esse paradigma, em sua forma dominante, está enredado. Não pretendo negar que outros paradigmas estão, igualmente, enredados nisso, mas apenas apontar as relações específicas que resultaram de sua institucionalização em posição dominante.

Em terceiro lugar, falo sobre o aspecto teórico da disciplinarização e da institucionalização, isto é, do esforço teórico para identificar processos, instituições e efeitos que podem, de algum modo, ser atribuídos à “comunicação” enquanto tal, separada das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais mais amplas nas quais os modernos sistemas de comunicação estão indissociavelmente encaixados. Não me entendam mal a respeito desse ponto – isso não é, de maneira alguma, uma forma de negar a *especificidade* do campo da

comunicação, que requer conceituação, teorização e trabalho empírico sobre suas formas concretas e efeitos. Mas existe, em minha opinião, toda a diferença do mundo entre a autonomia de um suposto campo independente de estudo – ao qual o paradigma dominante, em sua forma altamente profissionalizada, aspira – e o desenvolvimento de teoria dentro do que poderia ser chamado de um campo “regional” – isto é, o estudo dos efeitos reais e a estruturação interna de um domínio completo de práticas nas quais, entretanto, a natureza dessas articulações com outras práticas no conjunto das relações sociais ou a formação social como um todo não pode ser tomada como evidente.

Essas ligações têm que ser objeto de teorização em si mesmas. E nós não podemos simplesmente deixar que cientistas políticos, economistas ou sociólogos nos digam qual é a natureza dessas relações. Elas têm que ser problematizadas a partir do campo, e os próprios acadêmicos da comunicação tem que tomar alguma responsabilidade por essa tarefa. Essa é a diferença entre uma disciplina e um campo regional de estudo. No meu ponto de vista, a comunicação não é uma disciplina autossuficiente. Ela é uma teoria regional; está indissociavelmente ligada ao sucesso, à eficiência ou ineficiência teórica das teorias sociais gerais sobre a formação social como um todo, pois é nesse contexto que se deve teorizar o lugar da comunicação no mundo social moderno. Além disso, esse esforço de constituir a si mesma como uma “disciplina” autônoma tem sido uma fraqueza específica, em minha opinião, na medida em que o campo da comunicação tem se desenvolvido historicamente. É por isso que desenvolvi o ponto anterior de que a crise teórica é deslanchada não apenas de dentro, por sua própria fraqueza teórica, mas de fora, pelo que costumamos chamar de “história real”.

Agora, mais do que nunca, as comunicações modernas não podem ser conceituadas como externas ao campo das estruturas e práticas sociais, porque são, cada vez mais, internamente constitutivas delas. Hoje as instituições e relações comunicativas definem e constroem o social; elas ajudam a constituir o político; mediam relações econômicas produtivas; têm se tornado uma “força material” nos sistemas industriais modernos; definem o tecnológico; dominam o cultural. Elas elaboram e sustentam os universos de segunda ordem que são cada vez mais nossa experiência do mundo cultural e social. Elas não são externas ou reflexo – seja direta ou indiretamente – do nexos de relações do campo social como um todo no qual operam. Elas ajudam a constituí-lo, são internas ao funcionamento dele. Nossa teoria deve ser uma teoria das relações internas, não externas.

De forma ainda mais importante, o paradigma dominante na comunicação tem representado a si mesmo como apartado e capaz de ser independente de (a) uma teoria social geral, (b) uma teoria cultural avançada e (c) um modelo devidamente historicizado das formações sociais. Isso não é, de jeito nenhum,

comum e igual entre todos os que operam dentro do campo; porém, creio que a tendência do paradigma dominante é não se reconhecer como um participante ativo da construção de uma teoria social geral; certamente não considera contribuir para uma teoria cultural geral e, com certeza, não participa do contínuo debate sobre a adequada historicização de modelos da formação social.

A teoria e a pesquisa em comunicação, nas suas modalidades dominantes, raramente tornam explícita sua teoria social geral subjacente. Elas têm, relativamente, pouca compreensão de sua relação com a produção e transformação da cultura – que tem sido, em todo o caso, um palavrão em seu vocabulário. E nunca estabeleceram nem problematizaram de maneira sustentável o modelo das democracias capitalistas avançadas na qual têm se desenvolvido, junto dos sistemas de comunicação modernos. O paradigma dominante tem, por isso, operado como se pudesse proceder sem uma teoria de poder; sem conceituar as estruturas e relações sociais e econômicas do capitalismo norte-americano, que tem sido sua base; sem uma teoria das formações culturais; e sem compreensão da luta e transformação cultural. Na verdade, eu iria bastante além, a ponto de dizer que essas longas ausências têm sido a própria condição e garantia de sua cientificidade. A reivindicação da cientificidade tem estado no centro desse trabalho, como tendência constante, apesar das repetidas profecias de ruína e de “fins de linha” que têm sido expressas em termos da necessidade da teoria da comunicação tornar-se mais plenamente sociológica. Os chamados são muitos, nesse sentido, mas as respostas, poucas. O campo em seu modo dominante teima em ser, em grande medida, sociologicamente inocente.

Isso é mais prejudicial ainda porque, apesar de sua inocência, o paradigma dominante, desde o seu princípio, tem como premissa, tem sido baseado do início ao fim numa teoria social específica; sustentada por uma conceituação particular da cultura; fundado irrevogavelmente sobre um modelo histórico específico das formações sociais. Sua teoria social coincide com a do pluralismo liberal, que é a ideologia teórica das ciências sociais estadunidenses. Sua teoria cultural é a teoria da democracia capitalista liberal. Seu modelo de formação social é idêntico ao da sociedade estadunidense, cujo “excepcionalismo” tem, paradoxalmente, se tornado paradigmático para todas as outras sociedades. Seu modelo para a relação entre esse caso histórico paradigmático e todos os casos ao redor do globo está inscrito na teoria da modernização, que nada mais é que o avanço – constante ou irregular, mas inexorável e ininterrupto – de todos os lugares na direção do modelo natural, os Estados Unidos; a assimilação de toda a diferença e divergência dentro do modelo natural – e o modelo natural não como uma parte de uma história diferenciada, mas como a meta, bem como o apogeu, de todo o processo histórico. Nas décadas de 1950 e 1960 todo o lugar no mundo estava inscrito nessa noção.

O paradigma dominante na pesquisa e teoria da comunicação tem sido um enclave nessa formação teórico-ideológica mais ampla, uma parte do impulso intelectual imperializante. Ele tem dependido da dominação do poder global teórico e institucional desse modo de pensamento específico, que se expandiu ao redor do globo, envolvendo outras instituições intelectuais, outros intelectuais e outras tradições intelectuais; inscreveu todos num lugar subordinado dentro de seu universo teórico. Depois da enorme expansão global dos estudos de comunicação nos anos de 1950, alguém teria apenas que dizer “Sou um acadêmico de comunicação” e todos iriam entender exatamente de onde você partia e que direção seu pensamento seguia. Essa é uma forma de imperialismo intelectual. Progressivamente, entretanto, conforme essa própria formação ideológica tem sido contestada por outras forças sociais no mundo, na medida em que essa concepção de trabalho intelectual tem sido cada vez mais questionada por modelos e teorias alternativos, sua crise se acelerou – e a crise dos estudos de comunicação, um dos seus subcampos, coincide com isso. É a crise daquela teoria geral – e, na verdade, de toda a formação social – que é o problema real para os estudos de comunicação hoje.

Alguns adeptos consagrados do paradigma dominante ficaram escandalizados quando, há não muito tempo, caracterizei a “crise” e o nascimento de alternativas críticas a esse paradigma dominante em termos de “redescoberta da ideologia, o retorno do reprimido”. Quero repetir e justificar essa formulação, mas primeiro gostaria de adicionar uma afirmação complementar até mais escandalosa. Quero dizer que o próprio paradigma dominante tem funcionado como, ou como parte de, uma ideologia teórica. Isso não significa – como Marx observou sobre a economia política clássica, de Smith e Ricardo, da qual aprendeu em grande quantidade – que a ideologia teórica não possa produzir descobertas genuínas e “científicas”; que ela não ofereça proposições, conhecimentos e formulações; que não nos conduza a algum caminho para a compreensão da realidade histórica. No entanto, esse paradigma preenche os requisitos de ideologia teórica, porque opera intrinsecamente como um círculo fechado, embora represente a si mesmo como “aberto”.

Posso desenvolver isto em três partes: primeira, ele tem por base uma premissa que não reconhece nem pode reconhecer e, portanto, não pode problematizar. Ele representa a si mesmo como sem pressuposições, simplesmente uma descrição analítica do “que realmente existe”. Essa é a base de seu naturalismo – é um exemplo do que Marx chamou de “efeito de naturalização”. Segunda, tem como premissas relações e condições sociais historicamente específicas e concretas que ele representa como se não existissem em absoluto ou como trans-históricas. Esse é o efeito ideológico de des-historização. Terceira, considera o modelo social e histórico no qual está baseado como o produto

final, o ponto de chegada de todo o desenvolvimento histórico e humano. Esse é o efeito que Marx chamou de “eternalização”. Ao preencher essas três condições ideológicas, ele pode ser visto agindo como uma ideologia teórica.

Uma interessante ilustração disso é o sério e constante ataque ao meu suposto “olhar excessivamente ideológico” da função dos meios de comunicação que Jay Blumler levou adiante no número “Fermento no campo” do *Journal of Communication*. Blumler estava, em essência, acusando-me de um tipo de sectarismo teórico, devido ao paradigma ao qual estou ligado. Para isso, ele contrapôs novamente as reivindicações do valor da abertura e do valor da neutralidade – a cientificidade – do paradigma dominante. Quero sugerir, porém, que toda a pressuposição desenvolvida por ele nessa peça, todo questionamento retórico afirmado, era ele mesmo sustentado por uma teoria específica do conhecimento – a neutralidade do conhecimento social; por um modelo específico de sociedade – o modelo da democracia capitalista liberal; e por um ponto de vista específico de como a comunicação articula-se com o domínio do “político” em democracias de classe – o modelo do pluralismo liberal. Não é uma questão de ter objeção ao pluralismo liberal em si. Tenho uma objeção ao pluralismo liberal quando ele não apresenta a si mesmo como uma política, como posição política dentro do campo, com suas próprias pressuposições. É simplesmente impossível pensar sobre as teorias como se não implicassem valores nas posições assumidas.

O máximo que podemos fazer para ser científicos é tornar nossos posicionamentos, nossas pressuposições e nossos valores acessíveis a outras pessoas, de modo que elas saibam onde estão nossos fundamentos epistemológicos e políticos, para que entendamos onde está fundado o argumento. Para a questão “em aberto” de Blumler (baseada no *obiter dictum* de John Plamenatz sobre a democracia liberal), quanto ao fato da “pesquisa poder desempenhar qualquer papel na promoção da comunicação para a democracia nesse sentido”, há somente uma resposta adequada. Qual sentido é esse e onde a pesquisa de comunicação o obtém? Democracia de quem? Isso é somente para problematizar o conceito (e não questionar seu valor); não sugere que as formas de pluralismo democrático são uma fraude, mas sim que o pluralismo, como todas as formas de política, é uma estrutura de poder específica.

Retomando meus comentários anteriores sobre os aspectos “internos” e “externos” da crise e o enraizamento da pesquisa em comunicação nas relações entre poder e saber, gostaria de acrescentar que toda essa bagagem teórica que a pesquisa e a teoria da comunicação têm carregado desde seu surgimento como “garantia” não tem apenas funcionado em relação ao trabalho feito dentro das democracias capitalistas, mas tem sido uma parte intrínseca de sua missão global, sua função exportação, seu avanço imperializante – como aqueles que reconhecem seus efeitos homogeneizantes e hegemônicos na pesquisa e nos



pesquisadores no mundo não estadunidense ao redor do globo podem testemunhar. Onde o pluralismo liberal não foi concluído, teoricamente, por uma teoria da modernização, ele foi assimilado ou recuperado pelo próprio assim chamado processo de modernização. O conceito de pluralismo democrático deve ser desdobrado e problematizado; ele tem que ser analisado em sua natureza desigual, irregular e contraditória; não pode ser simplesmente encaixado no lugar como se fosse o que todos os acadêmicos da comunicação reconhecem e defendem.

AS TEORIAS CRÍTICAS DA COMUNICAÇÃO

Todo esse impulso e tendência têm definido o paradigma dominante em sua forma normal e em sua função normalizante. (Foucault introduziu o último conceito lembrando-nos de que essa “normalização” não surge do nada: ela é o resultado de um conjunto de práticas e estruturas institucionais, de uma regulamentação disciplinar.) Isto é, existe um processo por meio do qual o paradigma dominante alcançou a dominância e existe, de fato, um processo pelo qual ele mantém sua própria dominância. Um das coisas mais interessantes a respeito da chamada crise do paradigma dominante é que, como os pobres, sempre a teremos conosco. A pesquisa de comunicação está constantemente esgarçando-se e chegando ao fim da linha, alcançando pontos finais a partir dos quais não pode continuar, e assim por diante. Contudo, ela não desaparece. Ela dá meia volta, absorve um pouco da crítica e retorna com força total, remodelada, reestabelecida, revigorada. Isso não deve nos surpreender.

Embora o paradigma dominante pareça ter fraquezas intelectuais significativas, os paradigmas dominantes não desaparecem porque são intelectual ou teoricamente frágeis, ou mesmo porque essas fraquezas são expostas. Algo mais o mantém no lugar como estrutura continuada de pensamento dentro da qual a pesquisa se desenvolve, financiamentos são oferecidos, as instituições ascendem e declinam, as carreiras progridem, e assim por diante, como aparato institucional inteiro. Essas são as suas condições de existência e, como Marx nos lembrou, as formações não entram em colapso somente por meio do pensamento. Os “diálogos de paradigmas” não conseguem destruir nada; eles podem abalar um pouco as fundações, porém, é preciso indagar qual é a base institucional do contínuo poder desse modo específico de pensamento.

Contra sua função normalizadora, que é a forma com que esse modo de pensamento sempre protegeu o campo da pesquisa intelectual e teórica nessa área, e dada a sua configuração bastante distinta, é preciso apenas reafirmar as linhas de contratendência, o conjunto de posições essencial e necessariamente de oposição, demarcado por um conjunto de pontos de encontro teóricos al-

ternativos. Estou perfeitamente ciente da diversidade dentro do assim chamado paradigma crítico. Não há, é certo, um único paradigma alternativo, mas vários. Além disso, as teorias críticas estão longe do ponto de refinamento e coerência internos e metodológicos que o paradigma dominante alcançou, no qual, afinal, gerações dos mais sofisticados acadêmicos e pesquisadores trabalharam. Não podemos defendê-las, portanto, com base em sua coerência interna ou no caráter acabado e completo do projeto crítico. Apesar disso, promovo seus pontos críticos iniciais; louvo seu caráter provisório e necessariamente interrogativo; e defendo seu impulso oposicional, pois, embora coloque na mais alta conta o debate e a discussão abertos, não acredito que as relações que mantêm uma ideologia teórica dominante no lugar podem ser dissolvidas por uma conversa amigável entre acadêmicos aquiescentes. Nem acredito que os paradigmas se substituam em uma espécie de rodízio de mandatos entre cavalheiros, como a competição entre partidos políticos nas democracias capitalistas.

As transições do paradigma dominante ao crítico podem ser assinaladas brevemente. Elas têm a ver com formas concorrentes de conceber todos os elementos da prática comunicativa. A concepção de um conteúdo particular que pode ser isolado em termos comportamentais e medido em termos de seus efeitos isolados tem que ser substituída por uma concepção bastante diferente: uma compreensão do aspecto cultural de cada elemento, seu caráter semiótico ou discursivo; uma consciência de que os meios de comunicação agem em e através do domínio do sentido. Não há uma “mensagem” preexistente na realidade, que a realidade possui exclusivamente e não problemáticamente, que a linguagem e outros sistemas de meios de comunicação, como sistemas de retransmissão transcritivos, podem simplesmente transpor para as mentes em branco e as consciências de seus receptores. O sentido é polissêmico em sua própria natureza; permanece indissolúvelmente ligado ao contexto. É capturado e constituído na disputa para “preferir” um entre vários sentidos como o dominante. Essa dominância não está previamente inscrita nas estruturas e eventos, mas é construída por meio de contínuas lutas em torno de um tipo específico de prática – práticas representacionais. Esses são os objetos do estudo da comunicação. Essas práticas representacionais, códigos e sistemas próprios permitem que o significado seja conferido ao mundo.

Dessa maneira, o sentido não funciona como um espelho, mas como uma linguagem. É uma prática, não uma coisa. Precisamos entender como as linguagens constroem o sentido e como a simbolização funciona para representar o mundo de diferentes modos. Depois, precisamos fazer outra pergunta: qual o efeito dessas maneiras de representar o mundo ao serem reintegradas às estruturas e grupos sociais específicos? Os sistemas representacionais em uso e as formas e categorias nas quais eles elaboram e transformam os diferentes conhecimentos do mundo, for-



mando o senso comum, os saberes práticos pelos quais as pessoas guiam suas atividades cotidianas, não estão previamente ordenados ou fixados em seu lugar como função da estrutura social ou das posições sociais às quais pertencem os indivíduos ou as classes. Os sentidos não são inscritos nas suas origens como tanto o funcionalismo estrutural quanto as formas reducionistas do materialismo afirmam. Eles não resultados de segunda ordem de uma estrutura social ou classe particulares. Tampouco, por outro lado, os sentidos inscrevem-se em conversações abertas que são as situações discursivas ideais – idealistas – (nas quais, infelizmente, nenhum poder circula) às quais as variantes fenomenológicas e hermenêuticas do paradigma dominante os atribuiriam. Contudo, eles estão do início ao fim, totalmente, inscritos *nas* relações e estruturas sociais. Funcionam e agem socialmente apenas na medida em que são e podem ser, por práticas culturais e políticas próprias, articulados a diversas posições sociais, e conforme constituem ou reconstituem os sujeitos sociais. Não há sujeitos sociais fixos, vazios, já e sempre interpelados como audiência passiva. O sentido não pode ser conceituado fora do campo de disputa das relações de poder. Elas são a maneira em que o discurso é articulado ao poder, e isso é um modo total e radicalmente diferente de tentar conceituar a relação entre o campo regional da comunicação e as relações sociais, culturais, econômicas e políticas das formações sociais nas quais elas operam.

Esse “giro” teórico pode ser sintetizado no slogan, “os meios de comunicação são ideológicos”, que, como todos os slogans, tem sido mal entendido. Foi lido como afirmação que a teoria e a análise dos meios de comunicação preocupam-se *apenas* com o ideológico; que sem observar as dimensões ideológicas dos meios de comunicação ninguém poderá entender qualquer outra coisa. Permitam-me então reforçar que esse slogan foi baseado no meu argumento inicial. Isto é, o ideológico sempre tem suas próprias condições de existência sociais, políticas e culturais. O estudo dos sistemas de comunicação não pode prosseguir sem compreender as condições sociais, tecnológicas, econômicas e políticas nas quais os sistemas de representação estão situados na sociedade – como eles são institucionalmente organizados, como eles se vinculam a posições e estruturas específicas de poder, e como eles são atravessados pelo campo e pela operação do poder. O que, portanto, eu queria dizer é que não há absolutamente nenhum modo pelo qual a teoria e a pesquisa de comunicação consigam evitar a questão ideológica.

Afirmar que os meios de comunicação são ideológicos é dizer que eles agem no domínio da construção social do sentido. Eles fornecem o terreno no qual as pessoas adquirem consciência de seu mundo. Nem toda a repetição e invocação do asséptico termo *informação*, com suas higiênicas propriedades cibernéticas, poderá esterilizar ou esconder o caráter fundamentalmente sujo, semiótico, semântico, discursivo, dos meios de comunicação em suas dimensões culturais. Simplesmen-

te não há como contornar isso. Não existe nenhuma outra área, imaculada, na qual os seres humanos se fazem entender, questionam a visão que outrem tem de si e entram na dialética da luta em torno do sentido. É claro, o ideológico não é um domínio autossuficiente. Como afirmado, o ideológico é estruturado e modelado do começo ao fim pelas relações sociais, políticas, tecnológicas, assim como econômicas, que não são analiticamente parte dele. O ideológico, por sua vez, tem formas específicas de articulação com essas outras práticas e instâncias. Ele tem efeitos bastante específicos e reais para e sobre os outros domínios.

As teorias da comunicação têm que considerar, como tentei demonstrar antes, os encadeamentos pelas quais esses efeitos são ou podem ser assegurados. Nesse sentido, a comunicação não é autônoma, como o impulso para uma disciplina independente tem sugerido; ela é necessariamente “relativamente autônoma”. Não obstante, todas essas outras relações sociais, institucionais, técnicas, econômicas e políticas devem, em determinado momento, produzir sentidos inteligíveis, inserir-se nos circuitos da cultura – o campo das práticas culturais – que formam os entendimentos e concepções de mundo dos homens e mulheres em seus cálculos cotidianos, construindo-os como sujeitos sociais em potencial, e tendo o efeito de organizar os modos pelos quais eles alcancem ou deem forma à consciência do mundo. Elas devem, em certo momento no conjunto das relações sociais, penetrar o domínio, a especificidade do ideológico, para ter seu “efeito”. Todos os efeitos têm que ser constituídos no campo discursivo. Esse enraizamento das práticas comunicativas no domínio do sentido e da linguagem, da representação e da significação, é irreversível. Os estudos de comunicação não podem ser mais “científicos” que as práticas que eles teorizam e analisam. E o semiótico permanece o domínio menos fechado, menos “científico”, no antigo sentido positivista de “cientificista”, pois é um domínio que funciona de uma maneira estruturada, mas continua aberto ao campo necessariamente contingente da história e da prática. Essa exigência de pensar a relação entre a estrutura e a prática no domínio do ideológico é agora a mais urgente tarefa teórica que enfrentam os paradigmas críticos. O caráter semiótico de todos os sistemas de comunicação na sua forma cultural é o que constitui a especificidade da “comunicação” como um domínio, um campo regional, dentro de uma teoria social mais ampla.

A produção e a transformação do sentido são parte integral das relações culturais nas sociedades modernas: organizam como o senso comum e o “conhecimento” cotidiano do mundo social são estruturados, e o constante jogo de poder – de dominância e subordinação – que atravessa e permeia esse campo. Todo o modelo de um “circuito de comunicação” impotente e infinito, agindo fora do jogo de estrutura, sentido e poder, tem que ser abandonado. Na verdade, a linearidade dos modelos de comunicação enquanto tais é agora um obstáculo específico a

mais avanço. Não existe esse “fluxo” ininterrupto em circuitos neutros que conectam os poderosos e os sem poder, os governados e os governantes, os codificadores e decodificadores. Existem as práticas de representação, que são constantemente estruturadas em dominância em nossa sociedade; as relações de representação que as instituições dos meios de comunicação sustentam – novamente, em um campo dominado pelas relações de poder; existem os quadros culturais e ideológicos subjacentes, sistemas e códigos que permitem que as práticas de significação se mantenham. Então, existem os modos pelos quais essas práticas são articuladas com as diferentes disposições de poder, com diferentes grupos e classes; e existem os efeitos e consequências societários dessa estruturação do domínio do sentido – a construção, transformação e luta quanto ao sentido – articulado em formações particulares, sob circunstâncias históricas específicas e os tipos específicos de subjetividade e de ordem social que ajudam a sustentar.

Essas “transições” balizam o domínio de emergência do campo *crítico*. Ele se posiciona igualmente contra, por um lado, o reducionismo comportamental do paradigma dominante, e, por outro lado, as várias formas de reducionismo econômico que têm caracterizado as alternativas disponíveis no passado. Não podemos reivindicar para isso, como os adeptos do paradigma dominante exigem, as “teorias acabadas” que fizessem tal “giro” teórico decisivo, completo e internamente infalível. Mas podemos insistir e reafirmar a maneira profunda em que esse “giro” prejudica a base teórica na qual o paradigma dominante está apoiado. Seu surgimento assinala a inescapável abertura do que, no campo de batalha entre paradigmas concorrentes – na guerra de posição –, somente pode ser chamada de “segunda frente”.

Contudo, é também essencial começar a assinalar as distinções entre o paradigma crítico e o que pode ser considerada a abordagem da “economia política da comunicação”. Esta tem força crescente quando se trata do que chamei de aspectos externos dos modernos sistemas de comunicação. Como esses sistemas tornaram-se cada vez mais intrínsecos ao próprio funcionamento das democracias de classe ocidentais e, até mesmo, às relações do desenvolvimento global desigual que caracterizam as relações comunicativas em escala mundial, e como os sistemas tornam-se em si mesmos parte do complexo infraestrutural, técnico da sociedade moderna, a necessidade de uma teoria geral das formações sociais que dê à comunicação um papel constitutivo é cada vez mais importante. Porém esses paradigmas mais globais não podem transmitir muita convicção, quando lidam com as dimensões culturais dos sistemas de comunicação, ao menos que e até que aceitem lidar com e satisfazer as exigências do caráter ideológico dos sistemas que estão tentando explicar.

O modelo refletivo de ideologia que a abordagem da “economia política” oculta é uma fonte de seu caráter grosseiro e seu reducionismo, que a expõe à crítica dos praticantes do paradigma dominante. Seu modelo de relações de classe e origem classista da ideologia é ultrapassado; é herdado, não é produzido como um conhecimento científico genuíno das realidades sociais atuais. Sua visão da origem conspiratória e de classe da ideologia não condiz com a necessidade de uma teoria das articulações e é lamentavelmente inadequada em si. Sua noção do campo ideológico já ser estabelecido, colocado, pelo caráter inquestionável da estrutura de classe está aberta à crítica da teleologia. Não possui concepção da luta pelo sentido. Não tem ideia de como a ideologia constrói sujeitos sociais ou os posiciona em relação às práticas sociais e políticas. Ainda acredita que a *hegemonia* é outro termo para a incorporação ideológica das massas. E, contra a reconceitualização real do que a luta em torno do significado implica, aplica como alternativa um modelo igualmente inerte de consumidores passivos; porém, em vez de fixá-los irreversivelmente em uma modalidade passiva de perspectiva comportamental, oscila constantemente entre uma leitura de sua total impermeabilidade e intransigências diante das “influências” dos aparatos ideológicos e culturais, ou alternativamente censura-os como a “massa” apassivada, sem saber o que fazer diante da penetração e abrangência do que é transmitido a eles. No lugar dessas certezas fixas e congeladas, o paradigma crítico, resistindo à hegemonia comportamental do paradigma dominante, deve recusar-se sempre a ser aprisionado, uma vez mais, dentro de um paradigma cujas garantias já estão inscritas no conhecimento que produz.

Gostaria, para concluir, de assinalar um tópico final, que com frequência é postulado como uma objeção ao paradigma crítico, nomeadamente, o conceito do que tenho chamado de “dominância” e a noção relacionada de hegemonia. Penso que, com bastante frequência, as pessoas têm confundido ambos os conceitos como palavras vistosas para ideias antigas, bem conhecidas. Quero insistir que *dominância* não significa incorporação total; significa, em certo sentido, o oposto completo disso. Falar de dominância é sempre falar de subordinação. É falar de um campo de relações estruturado pelo poder e pela diferença, isto é, sempre estruturado naquelas posições que estão em dominância e aquelas que não estão: posições que nunca são permanentemente fixas. Essa é uma ideia completamente diferente daquela da “ideologia dominante”, que vem de fora, impõe-se a indivíduos passivos, encobrendo sua compreensão discursiva comum do mundo, e simplesmente sobrepondo-a com perspectivas altamente homogêneas e tornando os indivíduos bobos culturais. Não é a ideia de uma classe dominante homogênea e unificada com sua ideologia dominante ou “visão de mundo” já sempre no lugar. Ao contrário, sabemos que as classes dominantes são profundamente divididas, que precisam da ideologia para estruturar sua própria unidade e seus próprios sentidos

também. Elas não têm unidade fora dessas ideologias específicas que constroem para si, como para nós, seus modos de compreensão do que estão fazendo.

A noção de dominância, portanto, é a de um campo estruturado de relações. Ela é retirada de Gramsci, que rejeita a concepção da política como se ela fosse a luta entre blocos já constituídos – eles lá e nós aqui – lutando como mastodontes num campo. Em vez disso, ele defende que a política, especialmente numa moderna democracia de classe, é sempre a luta em um campo estruturado entre diferentes posições. A questão não é quando um conjunto de posições aniquila o outro, mas qual é o estado do jogo, as relações de força, o balanço entre elas em uma conjuntura qualquer? Agora, quando se traduz essa ideia para o campo do discurso, obtém-se uma posição um tanto diferente das tradicionais visões sobre como a ideologia e o poder funcionam. Agora temos que falar sobre textos que nunca são fechados, sobre sistemas discursivos que não são unificados, mas o produto da articulação, e sempre contraditórios; sobre as possibilidades de transcodificar e decodificar as definições dominantes que estão em jogo. Estamos tentando conceituar uma situação móvel do jogo dos sentidos, que é então articulado com a situação do jogo no campo do poder. Estamos tentando descrever o que Gramsci chamou de “equilíbrios instáveis” no campo ideológico. É por isso que quero insistir que a noção de hegemonia *não* é a velha noção de determinismo em uma nova roupagem, por recusar-se a atribuir posições de poder de maneira permanente, quer no discurso ou ao longo da formação social como um todo. Ela requer que as pessoas façam o trabalho concreto específico.

Em consequência, o paradigma crítico tem que avançar na indagação crítica do que existe, do “óbvio”, e daquilo que assume como certeza. Isso é porque desejo insistir que o paradigma crítico, longe de rejeitar a necessidade de formas de estudo empíricas, rejeita certas formas de empirismo. Ele suspeita profundamente e é hostil ao trabalho empírico que não tem ideias, porque isso significa simplesmente que desconhece as ideias que têm. Isso requer o tipo “certo” de trabalho concreto, precisamente porque não acredita mais que, se você tem a posição teórica correta, pode conquistar o mundo. Por essa razão, tenho promovido o paradigma crítico em suas reivindicações não como conhecimento acabado, mas como atividade. Essa atividade é a tarefa essencialmente crítica, desconstrutiva/construtiva de teorização aberta e crítica à qual a nossa genuína vocação de intelectuais orgânicos, cientistas críticos no melhor sentido, nos convoca. Essa atividade é a de continuar pensando, o que muitas vezes se chama teorizar. Estou comprometido com a relação permanente entre continuar pensando e continuar explicando a enormemente rica complexidade da formação histórica concreta e contraditória. Isso não é o que chamaria de paradigma crítico. Esse é o empreendimento crítico e convido você a unir-se a ele. ■